



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

### ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de São Paulo, às 14:00 horas, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se por vídeo conferência, o Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM. Participantes, Daniel de Souza Coelho, Presidente do Conselho, Jaime Alves de Freitas, José Roberto de Moraes e Paulo Rafael Minetto Maceta, membros titulares, Fernando Zanelli e Filipe Camargo Barwick, membros suplentes. Pela Fundação, Francislene Nascimento, Diretora de Investimentos, Edenilson Figueiredo da Silva, Angelita de Almeida Oliveira e Raisal Helena Lemos de Macedo, assessores. Na abertura da reunião o Presidente deu as boas-vindas a todos. Na sequência, submeteu a apreciação do colegiado a ata da reunião anterior, aprovada por unanimidade. Seguindo passou a palavra ao sr. Rafael Sampaio, representante da Consultoria PPS Portfólio Performance, que iniciou apresentando o Estudo de Fronteira Eficiente dizendo que a ideia é fazer uma revisão nos portfólios da Fundação. Comentou sobre a mudança drástica em termos de cenário, se comparado ao mesmo período de 2021, destacando a escalada dos juros que acompanharam a inflação, passando a ser um problema global ocasionado principalmente pelo pós-pandemia do covid e pelo conflito na Ucrânia, levando a um processo de desglobalização e reindustrialização das economias. Disse ser possível um novo fator inflacionário que deve ser efetivado no próximo ano. Na sequência passou a demonstrar o processo de Estudo de ALM descrevendo: i) os passos de avaliação e simulação de cenários para a economia e os mercados de capitais; ii) a simulação de cenários para os ativos e passivos; iii) a otimização de risco/retorno; iv) a análise de resultados da fronteira eficiente e de risco e solvência e, v) as decisões estratégicas. Seguindo detalhou a construção matemática de cenários e as projeções com base no cenário Focus-Banco Central, para um horizonte de 5 anos, onde os valores correspondem às medianas das taxas médias anuais, SELIC, IPCA, Juro Real, Cambio e PIB. Seguindo passou a demonstrar as premissas e restrições das classes



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

### ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA

de ativos utilizadas no estudo foram modeladas em classes de renda fixa decomposta no pós-fixado, IMA-S (atrelado a SELIC), IMA-B 5 (IPCA + 6,02% a.a.) e IMA-B 5+ (IPCA + 5,75% a.a.), atrelados a curva de juros real, e as NTN-B HtN na curva (*yield* médio da carteira), hoje alocadas no Fundo Bela Cintra. Na gestão ativa da renda fixa (SELIC +1% a.a.) o crédito privado SELIC 1% a.a.). Na renda variável doméstica e exterior (SELIC + 6% a.a.). Os multimercados estruturados (SELIC + 3% a.a.), para os FIP (IPCA + 15% a.a.) e o segmento imobiliário SELIC+3% a.a.). Quanto aos empréstimos estão previstos nas Políticas de Investimentos, mas sem alvo definido por estar em fase de implantação. O Conselheiro Daniel questionou a validade do estudo, considerando que o relatório tem como data base o mês de julho/22 e não contempla as alterações recentes, como por exemplo o PIB, já com previsão de alta, assim como o juro americano, o que poderia invalidar o trabalho. O sr. Rafael explicou que não interfere porque a Política de Investimento é aplicável para 2023, e tempestivamente serão feitas as revisões necessárias, não havendo comprometimento das premissas para 2023 adiante, por ter sido considerado um patamar de SELIC mais elevado e por mais tempo, o que traria o retorno esperado. Seguindo, passou a demonstrar, através da Fronteira Eficiente, os estudos individualizados para os Planos RG, RG UNIS e RP. Esses estudos apresentam uma formatação um pouco diferente da versão anterior, tendo em vista a maior abertura para fundos de participação, antes bastante restritos. O movimento que direcionou para a “solução 4” escolhida, foi uma redução passiva do estoque de papeis indexados à inflação e marcados na curva de 50% para 40% e uma realocação das classes de risco, saindo da renda fixa gestão ativa para um fortalecimento da classe de crédito e a manutenção das classes de risco de bolsa. Ainda, uma ampliação significativa no segmento de FIPs que sai de 4% para 10%, com limite máximo de 15% conforme Legislação vigente. Disse que é um momento estratégico, visto que há vários gestores prósperos captando, com produtos novos. Foram esclarecidos pelo sr. Rafael e



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

### ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Diretora Francislene, os questionamentos feitos pelo Conselheiro Daniel quanto ao cálculo do índice de *Sharpe*, e dos Conselheiros Paulo e Filipe sobre dúvidas se ocorreu movimento de chamada de margem ou chamada de capital apontada em relatórios anteriores. A Diretora Francis esclareceu dizendo tratar-se de chamada de capital, uma vez que o aporte foi feito em função de comprometimento assinado em 2021 de investimento em FIP e não de operações em Derivativos, que a entidade não tem. Em continuidade, o Conselheiro Daniel comentou que a composição atual da carteira tem uma relação risco-retorno médio esperado medida pelo índice de Sharpe bem menor que a apresentada na nova proposta e questionou o que justificaria assumir um risco sem a compensação de retorno esperado. O Conselheiro Filipe, na visão de participante, questionou se vale a pena aumentar o risco de investimentos de longo prazo, considerando que a Fundação já tem um retorno esperado acima da meta do Fundo. Quanto ao assunto, o sr. Rafael manifestou-se dizendo que o estudo é um planejamento para as Políticas de Investimentos e que nenhum retorno é garantido. Ainda citou questões conceituais importantes salientando que a PREVCOM tem plano CD e não tem meta atuarial definida. Ainda, disse que tudo o que está sendo tratado neste estudo representa uma expectativa de que, se as premissas consideradas se materializarem, se os produtos alocados performarem de acordo com as premissas e se o cenário macroeconômico tiver o comportamento esperado, existe a probabilidade do atingimento da meta a médio prazo. Em continuidade, salientou que a diversificação é relevante para atenuar cenários adversos dando a proteção necessária. O Conselheiro Filipe solicitou um exemplo de cenário onde a Fundação, aplicando em IPCA+ 6%, em um prazo para 2050, vai reder menos do que IPCA+4%, meta definida para o Participante. No seu entendimento, compensaria a aplicação no longo prazo, mesmo que, em algum momento a rentabilidade possa ficar abaixo do esperado. Por isso entende que será bom aumentar a carteira de IPCA+, por conta do retorno e risco. Em resposta, o sr. Rafael disse que a volatilidade de uma NTNFB para 2055 ou 2060,



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

### ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA

é superior a do índice de bolsa, muitas vezes superando a 20%. Concorde que, se mantido o papel até o vencimento final, a rentabilidade será garantida, entretanto com um risco muito superior ao portfólio apresentado. O Conselheiro Daniel disse entender a preocupação do Conselheiro Filipe, mas por ser um Fundo CD, tem que ter a equidade com os participantes. Numa aplicação de longo prazo sendo carregado até o vencimento, os participantes que se aposentam em momentos diferentes poderão ser beneficiados ou prejudicados. O Conselheiro Daniel questionou se num horizonte de 5 anos, o percentual de 40% que consta nas soluções 1, 2, 3 e 4 e demais, para os títulos carregados no vencimento, é um índice considerado razoável, se levar em conta o volume de vencimentos nos próximos anos. Com relação ao questionamento, o sr. Rafael disse que na projeção para 5 anos, foram considerados os vencimentos do Fundo Bela Cintra para o período, que seria em torno de 10% ocasionado pelo pagamento dos juros periódico conforme termos de negociação dos papéis. A Diretora Francislene enfatizou que as mudanças do que existe atualmente, para a "solução 4" proposta, são mínimas. Em complemento a sr. Rafael comentou que o incremento nos estruturados tem a ver com o desenvolvimento da economia real e o esperado para os próximos anos. Os investimentos no exterior, tem a ver com as oportunidades de comprar empresas por um valor abaixo do que elas têm, assim como o imobiliário que apresenta uma depreciação muito elevada. Os FIPs, para a maioria dos gestores, para alguns tipos de produtos, são independentes da questão macroeconômica, principalmente por atuarem em diversos setores. O Conselheiro Daniel demonstrou preocupação quanto ao aumento dos percentuais de aplicação nos FIPs, Fundos de Investimentos em Participações, enfatizando que conforme as tabelas apresentadas e as explicações fornecidas, quase todo o risco/volatilidade a mais proposta no novo estudo decorre da alocação nessa classe de ativos. O sr. Rafael explicou que os retornos nessa classe de ativos seguem um movimento de curva em J, com desembolsos na fase de investimento (chamada de capital) e elevados retornos na



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

### ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA

fase de desinvestimento. Comportamento diferente da bolsa, que pode oscilar constantemente. Contudo, a volatilidade esperada dos FIPs é calculada ao longo desse ciclo de investimento e desinvestimento (*Downside e Upside*), sendo que se espera que o *Upside* prevaleça sobre o *Downside*, razão pela qual entende não ser motivo de preocupação. O Conselheiro Paulo questionou se o resultado das eleições poderá mudar o estudo e conseqüentemente as Políticas de Investimentos. O sr. Rafael disse que o estudo é uma projeção, nada é definitivo. O mercado já está se orientando no sentido de, se mantidas as expectativas, as projeções serão mantidas também. Ressalvados, em caso extremo, atos não institucionais ou antidemocráticos, o que poderia fragilizar a economia e desestabilizar o País. Concluiu dizendo que, se ocorrerem fatos não previstos, o estudo será refeito e a Fundação comunicada tempestivamente. O Conselheiro Daniel questionou sobre a proposta do estudo, de ampliação em investimentos no exterior, contemplada na “solução 4”. O Sr. Rafael relatou que, diante dos preços atuais e no horizonte de 5 anos, essa ampliação passa a ser estratégica. Para o participante faz-se importante ter essa percepção, através de informações adicionais divulgadas pela Fundação. O sr. Rafael entende ser possível restringir algumas posições no estudo, se uma massa crítica de participantes demonstrar desconforto com volatilidades pontuais ou exposições a determinados riscos. Reforçou dizendo que esse trabalho de modelagem é flexível e sempre que houver informações adicionais, pode ser ajustado, respeitando cada plano. O Conselheiro Daniel solicitou que a Diretoria de Investimentos procure detalhar a estratégia de investimentos e procure expor aos participantes, em geral não muito versados em finanças e propensos a certos vieses comportamentais, os motivos que levaram a Fundação a manter posições que podem ser vistas como “perdedoras”. Esgotados os questionamentos, o sr. Rafael passou a expor os estudos de fronteira eficiente para os demais planos. Para os planos PREVCOM RO, PREVCOM MULTI será adotada a “solução 5” e para os Planos MT, MS e SP será adotada a “solução 4”.



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

### ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Encerrada a exposição, o Presidente agradeceu a participação do sr. Rafael. O Conselheiro José Roberto manifestou-se comentando sobre a importância da matéria, qualidade no conteúdo e na sua forma de exposição. Entretanto, ratificou seu entendimento no sentido de que a decisão quanto a definição das soluções e Políticas de Investimentos a serem adotadas, é competência do Conselho Deliberativo, cabendo ao Conselho Fiscal, acompanhar a sua execução e resultados, posicionamento acompanhado pelo Conselheiro Jaime. Ainda sobre o assunto, a Diretora Francislene comentou que a decisão foi tomada pela Diretoria de Investimentos e AETQ em comum acordo com a PPS, em seguida aprovada pela Diretoria Executiva, em reunião extraordinária aprovada pelo Conselho Deliberativo, que a ata de aprovação deve ser encaminhada para o Conselho Fiscal. Dando sequência aos itens da Pauta, a Diretora Francislene passou a apresentação das informações sobre a alocação do patrimônio por plano e por fundos, a evolução do patrimônio e a captação mensal, o retorno acumulado no mês e no ano por tipos de investimentos, o comparativo entre a rentabilidade e os indicadores referente posição agosto/2022. Apresentou também a rentabilidade acumulada e quadro comparativo demonstrando o desempenho da Prevcom entre 120 EFPCs. Finalizou demonstrando as principais movimentações no mês. O Conselheiro Daniel questionou se houve algum desenquadramento. A diretora Francislene informou que nos Planos RG e RG Unis, na classe de ativo FIP, ocorreu um leve desenquadramento passivo (0,20%), em consequência dos rendimentos de 101% registrados em março no Fundo “Economia Real” e de aportes realizados em julho por chamada de capital, relativo a valores comprometidos em 2021. O Conselheiro Paulo solicitou o envio de documentos referentes ao registro do desenquadramento. A Diretora Francislene fará o reenvio dessa documentação, assim como o relatório de compliance da ADITUS que registra e explica o fato. Esclarece ainda, que as Políticas de Investimentos estão sendo alteradas em conformidade com a nova Fronteira e que assim que concluído, cessa esse apontamento. Encerrada a



## **LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL**

### **ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

participação, o Presidente agradeceu a Diretora pela participação. Na sequência passou a palavra a Sra. Raisal que passou a apresentar o monitoramento das obrigações legais, registrando o atraso de um dia no envio de arquivos XML das Carteiras de Investimentos à PREVIC, de responsabilidade da Consultoria, não gerando nenhum ônus ou custos para a Fundação. Sobre as demais ações, registrou a aprovação, pelo Conselho Deliberativo do novo Código de Ética. Ainda, a aprovação, pela Diretoria Executiva, da Política de Compliance, agora sob a responsabilidade de sua área, em fase de conclusão a Política de Conflitos de Interesse e Partes Relacionadas e revisão da atual Política de Anticorrupção e Combate à Fraude, já considerando as melhores práticas, em parceria com a Consultora de Compliance e Diretoria Executiva. Ainda, informou que se encontra em fase final o processo de obtenção dos selos de Autorregulação de Governança Corporativa e Autorregulação em Investimentos. Os Conselheiros Daniel e Paulo, relataram certa dificuldade de localizar no site da Fundação, alguns documentos como Políticas, Manuais e Relatórios. Citou por exemplo, que no Relatório Anual de 2021, não constam os anexos. Sugeriram criar uma aba de “documentos” separando por áreas e assuntos. A sugestão será encaminhada à área de Relacionamento Institucional. Quanto ao Relatório de Controles Internos, o Presidente informou está sendo finalizado. Em continuidade, a sra. Angelita passou a comentar sobre o fluxo de caixa referente ao mês de agosto, demonstrando as receitas próprias, por planos e das provenientes da Seguradora. Na sequência, demonstrou as despesas decorrentes da folha de pagamento e seus encargos, as despesas administrativas e as despesas gerais. Em sequência, passou a apresentar o acompanhamento orçamentário, com a execução consolidada, o comparativo entre orçado e realizado, o acumulado e o total do exercício. Finalizada a sua participação, colocou-se à disposição para esclarecimento de dúvidas ou informações adicionais. Em complemento, comentou sobre o embasamento que deu origem ao 2º Estudo sobre o Parecer Técnico da Consultoria



CNPJ Nº 15.401.381.0001-98  
CONSELHO FISCAL

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2701, 10º andar – São Paulo/SP – 01401-000 (11) 3150-1901

## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

### ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Pasqualetto Rosa e Prates Soluções Contábeis – PRP, tratando dos Limites das Fontes de Custeio Administrativo dos Planos administrados pela Fundação, em atendimento ao Ofício nº 66/2021/ERSP/DEFIS/PREVIC, de 16.08.2021, atualizado pelas regras estabelecidas na Resolução nº 48, de 08.12.2021, destacando quadro comparativo das alterações. Finalizada a apresentação e esgotados as dúvidas e os questionamentos, o Presidente agradeceu pela participação de todos. Nada mais havendo a tratar encerrou a reunião as 17h20min e eu, Cesar Gnoatto, lavrei e subscrevo esta Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros titulares presentes.

DocuSigned by:  
*Daniel de Souza Coelho*  
4958F29C30B640E...  
Daniel de Souza Coelho  
Presidente do Conselho

DocuSigned by:  
*Jaime Alves de Freitas*  
DEDBAF8C6F414AE...  
Jaime Alves de Freitas  
Conselheiro

DocuSigned by:  
*José Roberto de Moraes*  
73DDC19AA2D9401...  
José Roberto de Moraes  
Conselheiro

DocuSigned by:  
*Paulo Rafael Minetto Maceta*  
D010DEBCF3B1488...  
Paulo Rafael Minetto Maceta  
Conselheiro

DocuSigned by:  
*Cesar Gnoatto*  
145FCC73A8D7425...  
Cesar Gnoatto  
Secretário